

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

**O CONTEXTO E AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS
NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES¹**
**THE CONTEXT AND CONTRADICTIONS OF HUMAN SCIENCE EDUCATION
IN TRAINING WORKERS**

**Roselene Moreira Gomes Pommer², Arnildo Pommer³, Camila Farias Da
Silva⁴, Luigi Bertoldo Squio⁵, Talia Giacomini Tomazi⁶, Zípora Rosauero
Araújo⁷**

¹ Trabalho vinculado ao grupo de estudos

² Prof^a de História/CTISM/PPGEPT/UFSM roselenepommer@ctism.ufsm.br

³ Prof. Dr em Filosofia. pommer.arnildo@gmail.com

⁴ Doutoranda em Sociologia - PPGS/UFRGS camilafsb@yahoo.com.br

⁵ Acadêmico do Curso de História/UFSM luig.squio@gmail.com

⁶ Acadêmica do Curso de Filosofia/UFSM talia.tomazi@gmail.com

⁷ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais/UFSM ziporarosaurocs@gmail.com

INTRODUÇÃO

A chamada Revolução da Microeletrônica atualmente em curso nos processos de produção, tem imposto grandes desafios à educação como um todo e ao ensino de conhecimentos históricos, filosóficos e sociológicos em específico. Essa inovação tecnológica tem aumentado a precarização de condições e de relações, a instabilidade, a vulnerabilidade e a desqualificação da classe trabalhadora. Neste contexto geral, qual é a função atribuída aos conhecimentos construídos pelos componentes curriculares das ciências humanas, na formação de trabalhadores? Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Brasil, busca formar trabalhadores para o mundo do não-trabalho, ou busca formar trabalhadores para o mundo do mais-trabalho?

O presente texto é fruto de reflexões sobre as problematizações acima apresentadas. Através dele pretende-se, preliminarmente, apontar a função dos conhecimentos da área de humanidades na formação de trabalhadores, em um contexto no qual o próprio futuro do trabalho tem sido objeto de discussões.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por muitas transformações no mundo do trabalho. A pretensa Revolução da Microeletrônica ao ser posta como alternativa, no campo da produção, para solucionar as crises de acumulação do capital desde a década de 1970, agiu diretamente sobre as relações laborais, levando muitos teóricos a acreditar que o trabalho e a sua capacidade de articular a classe laboral, houvessem chegado ao fim. André Gorz e Adam Schaff foram dois desses teóricos. Gorz (1987) defendeu que a microeletrônica, dada a intensa automação dos sistemas de produção, representaria a abolição do trabalho, o que, por consequência, promoveria o fim da classe proletária e de sua potência revolucionária. A metamorfose vivida pelo mundo do

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

trabalho destruiria a consciência de classe operária, corroendo o seu poder político e social. Isso por que, o trabalhador não seria mais o único responsável pela produção, nem teria mais importância exclusiva sobre ela. As máquinas se tornariam as geradoras de riquezas e,

em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente como próprio trabalho e com todas as formas de dominação (GORZ, 1987, p. 87).

A ideia de Gorz foi, em geral corroborada por André Schaff (1995), para quem a automação estaria provocando o fim da divisão do trabalho e da alienação causada por ele. Isso poria fim, também, a centralidade do trabalho, a classe trabalhadora e, por conseguinte, a necessidade da luta de classes.

É um fato, por exemplo, que a chamada automação plena (...) eliminará inteiramente o trabalho humano, o que tem sido mais fácil de acontecer - como se tem podido constatar - nos serviços que na produção. É pois um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e, com ele, o homem trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora entendida como a totalidade dos trabalhadores (...) Na sociedade informática a ciência assumirá o papel da forma produtiva. (SCHAFF, 1995, p. 43)

Para Schaff, não somente a classe trabalhadora estaria fadada ao desaparecimento, mas também, a classe capitalista rural e urbana (p. 44). O lugar deixado por elas seria ocupado por "um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços" (p. 45).

As ideias de Gorz e Schaff têm sido refutadas por vários estudiosos do mundo do trabalho. Entre eles estão Prieb (2005) e Coggiola (2016). Nos dois trabalhos tomados aqui como referência, apesar do interstício de onze anos, estes autores demonstram que, na contramão do fim do trabalho, o que tem ocorrido dos países de economias periféricas ao centro hegemônico de poder é o aumento da precarização das relações de trabalho. Isso decorre do deslocamento espacial de grandes oligopólios produtivos e da nova reconfiguração do capitalismo que, apesar das prerrogativas de flexibilização, não prescinde da extração da mais-valia absoluta para a reprodução do capital.

A exploração se expandiu com o propósito de ampliar o trabalho produtivo, gerador direto da mais-valia (...) O aumento da mais-valia é a grande motivação do capital para se deslocar para regiões de salários mais baratos para a realização de atividades com uso intensivo de mão de obra. (COGGIOLA, 2016, p. 70)

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Percebe-se, porém, que as mudanças técnicas que implicam no atual contexto contraditório das relações de produção e trabalho não ocorrem fora da história. Ao contrário, são produto da história de homens e mulheres em lutas constantes pela sobrevivência, são decorrentes do conhecimento tecnológico e da ação técnica dos trabalhadores, desenvolvidas com o intuito de racionalizar o trabalho. A burguesia apropria-se do conhecimento e da técnica operários, manipulando-os contra os trabalhadores. Sendo assim, para Prieb (2005) o que acontece,

na realidade, não é uma diminuição do trabalho ou de sua importância no processo de criação de riqueza capitalista, mas uma precarização do trabalho, que passa cada vez mais a conhecer o aumento da exploração facilmente verificada pela ascensão no mundo do trabalho tanto do trabalho parcial e temporário como do informal. (p. 198).

A EPT como uma modalidade de ensino, deve formar trabalhadores para um mundo do trabalho caracterizado, em síntese, pelas contradições referidas. Mas, se a formação operária pressupõe uma formação geral, da qual fazem parte os conhecimentos das humanidades, como esta área lida com as contradições inerentes e sustentadoras da hegemonia do capital sobre o trabalho?

DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EPT: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES

O trabalho técnico, do qual decorre o aprimoramento do processo de automação da produção, exige o pleno desenvolvimento humano para a compreensão das técnicas nele implicadas. A plenitude das potencialidades humanas parece ser, a princípio, uma das prerrogativas do capitalismo flexível, pois, somente a partir dela será possível a formação de trabalhadores multifuncionais e polivalentes, em condições suficientes para atender as demandas dos capitalistas. Essa parece ser a ideia que norteou a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2013.

O documento é apresentado como orientador para a formação integral dos trabalhadores brasileiros. Nele, as transformações vividas pelo mundo do trabalho nas últimas décadas são, reconhecidamente, fatores condicionantes para a reestruturação da EPT, que deve oferecer aos trabalhadores “o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexos” (Brasil, 2013, p.206). As diretrizes reconhecem a necessidade de a EPT contribuir para que “o mundo do trabalho avance na direção de relações trabalhistas mais justas” (Brasil, 2013, p.208). Porém, aponta os trabalhadores como os responsáveis e a EPT como um instrumento que deverá lhes propiciar

o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências que os habilitem efetivamente para analisar, questionar e entender os fatos do dia a dia com mais propriedade, dotando-os, também, de capacidade investigativa diante da vida, de forma mais criativa e crítica, tornando-os mais aptos para identificar necessidades e

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos. (BRASIL, 2013, p. 210)

O documento toma o trabalho na sua forma “ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência” (p. 215). Por isso, a EPT não pode prescindir de tomá-lo como princípio educativo, o que significa “dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade (p. 217)”, tendo o trabalho como elemento de mediação na produção de conhecimento.

A EPT é orientada para atuar na formação integral dos trabalhadores, visando à sua formação omnilateral, e não unilateral. Para tanto, deve considerar todas as dimensões formativas, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. O trabalho tomado no sentido ontológico e histórico, associado a formação humana e a produção da subsistência. A ciência e a tecnologia compreendidas como constituidoras do processo histórico e, portanto, contraditório, da humanidade. A cultura correspondente aos referenciais éticos, estéticos e políticos que orientam as condutas sociais (p. 228).

As orientações são, ainda, para que as estruturas curriculares dos cursos de EPT promovam a formação de estudantes aptos a compreenderem as “relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas” (BRASIL, 2013, p. 231). Isso por que o conhecimento assumiu a “centralidade da nova organização da sociedade pós-industrial, onde o mundo se apresenta como mais instável e carregado de incertezas (Idem, p. 210).

Mesmo que teoricamente as diretrizes objetivem a superação da dualidade histórica entre as função laborais crítico-reflexivas e as prático-operativas, elas mantém o condicionamento da EPT às necessidades do mercado. A questão é importante na medida em que os trabalhadores continuam a ser formados a partir de demandas externas a si, estranhas a si, o que mantem, no espaço laboral, a relação de alienação que o trabalhador desenvolve com o produto do seu trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante desse contexto, a função dos conhecimentos produzidos pelas ciências humanas é relevante, no sentido de que são eles que permitirão ao trabalhador compreender e posicionar-se diante das contradições inerentes a relação entre capital e trabalho. Porém, sua compreensão e posicionamento poderão ser definidos tendo em vista a escolha entre dois caminhos a serem seguidos no universo laboral: o da individualidade e o da cooperação. Para a escolha entre os dois, importante será a consciência de classe que o trabalhador desenvolveu e para a qual foram fundamentais os conhecimentos oferecidos pela história, pela filosofia e pela sociologia.

Assim, a consciência de classe do trabalhador poderá ser um elemento importante para a superação, ou não, do domínio exercido pelo capital sobre o trabalho. Ela poderá qualificar os trabalhadores para a luta em busca da autonomia em relação às novas exigências do capitalismo. Essa parece ser uma das funções principais do ensino/aprendizado dos conhecimentos de ciências

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUI 2019



21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

humanas à estudantes trabalhadores da EPT.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, MEC, 2013.
- COGGIOLA, Osvaldo. O Trabalho na Segunda Metade do Século XX. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Blumenau, vol. 4, nº 1, 2016.
- GORZ, André. Adeus ao Proletariado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- PRIEB, Sérgio. O Trabalho à Beira do Abismo. Ijuí, Ed Unijuí, 2005.
- SCHAFF, Adam. A Sociedade Informática. São Paulo, Brasiliense, 1995.